A25 REFERENCIAL

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

N.º 33 / OUTUBRO A DEZEMBRO 93 / ANO 9

EDITORIAL

Com este número de "O Referencial" completam-se dois anos depois de termos aceitado a responsabilidade de dirigir este Boletim. Conheciamos as dificuldades e os condicionamentos, pessoais e estruturais, que limitavam a nossa capacidade, e por isso nunca alimentámos ambições excessivas sobre o que deveria ser este orgão da A25A, enquanto seu veículo de informação, mas também vínculo entre os seus associados e espaço de reflexão, de opinião, de divulgação.

Mas pensamos que era possível melhorar algo. Foi isso que deixámos expresso no nosso primeiro Editorial, no n.° 26 de Janeiro /Março de 92, quando escrevemos "Não planeamos cortes radicais, prevendo sim um processo evolutivo, que venha a concretizar-se num produto diferente. Estamos cientes de que é inevitável mudar, mas só o confronto com a realidade nos apontará com mais clareza o caminho. Abordá-lo-emos com prudência, sem ambições fantasistas, conscientes do nosso amadorismo, da falta de um corpo redatorial, da carência de estruturas próprias. Comecemos por tentar que nos leiam. A Colaboração poderá vir por arrastamento. A qualidade surgirá então como resultado".

Fomos modestos na nossa ambição e procurámos ser realistas nos passos que demos. Creio que alguma coisa se mudou para melhor, e disso me deram conta algumas manifestações de solidariedade que fui recebendo. Não o suficiente para que me considerasse satisfeito, mas o bastante para que me não sentisse frustrado. Para isso contribuíu o apoio da Direcção da A25A e da sua estrutura administrativa.

Mas as alterações introduzidas acarretaram sobrecarga de despesas, que tinham de ser suportadas pela Associação, na medida em que "O Referencial" é de distribuição gratuita. Pensavamos poder compensar esse agravamento de custo com algumas receitas de publicidade, mas esta só timidamente veio ao nosso encontro, nunca constituindo uma contrapartida segura. Também isto se compreende. "O Referencial" tem uma tiragem limitada, atinge um reduzido universo de leitores e estes não constituem um alvo preferencial para os anunciantes. Temos consciência de que os poucos que recorreram às nossas páginas o fizeram, na maioria das vezes, como prova de solidariedade.

(Continua na pág. 16)

SUMÁRIO

Editorial	1
Assembleia Geral	2
Apelo	2
Recordar a nossa História	3/4
Sementes de Abril	5/7
Opinião	8/9
Da Direcção	10
Vida Associativa	11
Das Delegações e Núcleos	12
Documentos do Nosso Tempo	13/14
Desporto e Recreio	15

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE:
Associação 25 de Abril
Rua Luís de Camões, 47
2795 Linda-a-Velha

DIRECÇÃO:
Pedro Pezarat Correia

IMPRESSÃO:
Tip.-Escola ADFA
Rua Artilharia Um
Telef. 65 35 93
1000 LISBOA

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

TIRAGEM:
4000 exemplares

ENDEREÇOS:
Associação 25 de Abril
Rua Luís de Camões, 47 • Tel. 4198105 • Fax 4198130
2795 Linda-a-Velha
DELEGAÇÃO DO NORTE
Apartado 4678
4012 PORTO
DELEGAÇÃO DO CENTRO
Apartado 3041
3000 COIMBRA
NÚCLEO DO ALENTEJO
Rua Bernardo Santareno, nº 2
Bairro das Nogueiras
7000 ÉVORA
NÚCLEO DO ALGARVE
Rua Francisco Gomes, 18 - 1.º
8000 FARO
NÚCLEO DE CASTELO BRANCO
Bairro Buenos Aires, 47
6000 Castelo Branco

Depósito Legal N.º 32998/89

ASSEMBLEIA GERAL DIA 15 JANEIRO 94

CONVOCATÓRIA

Nos termos dos Estatutos e Regulamento Interno convoco a Assembleia Geral da Associação 25 de Abril para se, reunir em sessão ordinária, no Espaço "CESL" sito na Rua Almirante Barroso N.º 3 em Lisboa, no dia 15 de Janeiro de 1994 pelas 14.00 horas, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1 - Leitura e aprovação da acta da Assembleia Geral anterior.

2 - Ratificação da admissão de sócios e apoiantes.

3 - Discussão e aprovação do Relatório de Actividades e Contas da Direcção e respectivo parecer do Conselho Fiscal.

4 - Apreciação da situação financeira da A25A e discussão de eventual alteração de quotas

5 - Apreciação da actualidade da A25A. Contributos para acção futura.

6 - Apreciação e votação da proposta de exoneração compulsiva de sócios, nos termos dos art.^{os} 25.º e 26.º do Regulamento Interno.

7 - Constituição da Assembleia Geral em Corpo Eleitoral para Eleições dos Corpos Gerentes nos termos do Art.° 7.° dos estatutos para o biénio de 1994/1996.
   a) Votação
   b) Escrutínio
   c) Marcação da data de posse dos novos Corpos Gerentes

Sede da Associação 25 de Abril em Linda-a-Velha aos 14 de Dezembro de 1993

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Carlos Alberto Tátias Soares Fabião

APELO

Mais uma assembleia Geral para a qual se apela à participação de um número elevado de sócios.

Um outro aspecto importa ter presente: o n.º 6 da ordem de trabalhos apenas poderá ser discutido e decidido se estiverem presentes mais de 100 sócios efectivos.

Contamos com a vossa presença. Compareçam. Participem.

Vasco Lourenço

OS TRATADOS DE TORDESILHAS DE 1494

Em meados de 1481 sobe ao trono o rei D. João II com uma visão muito própria das prioridades para Portugal.

Assim, manda construir o Forte da Mina que virá a ser ponto de apoio fundamental na expansão das navegações portuguesas no Atlântico Sul. Envia Diogo Cão na primeira expedição à foz do Rio Zaire em 1482; outras duas expedições se seguirão nos anos seguintes.

Em Agosto de 1487 sai de Lisboa uma pequena frota de duas embarcações sob o comando de Bartolomeu Dias, que regressara a Lisboa em Dezembro do ano seguinte, depois de ter descoberto a passagem para o Oceano Índico. Isto torna possível a chegada dos portugueses à Índia, pela Rota do Cabo.

Este navegador português protagoniza o grande momento de viragem na história do Atlântico e vai confirmar ao Rei de Portugal o acerto da recusa a Cristovão Colombo, cerca de quatro anos antes, quando este se lhe oferecera para chegar à Índia, por Ocidente pela "rota horizontal".

Ante o desinteresse do Rei, Colombo foi oferecer os seus serviços aos Reis de Castela, Aragão e Leão.

Mas estava em vigor o Tratado de Alcáçovas-Toledo, 1479/80 em que pela primeira vez o tema da negociação foi a divisão do espaço Atlântico, isto é o Oceano Atlântico não é pensado como uma rota ou como uma costa a explorar, mas como um espaço que, apesar de desconhecido, é objecto de negociação.

Assim, em Março de 1493 Crstóvão Colombo aporta primeiro nos Açores e em Lisboa, no regresso da viagem, que iniciara em Agosto de 1492. É recebido pelo Rei D. João II em Valparaíso, situado a nove léguas de Lisboa, após uma espera de cinco dias. Anuncia ao Rei o descobrimento das "Ilhas de Cipango e d'Antília, que per mandado dos Reys de Castela tynha fecto".

Ante a localização indicada por Colombo, D. João II reclama a posse das terras descobertas, para Portugal com base no tratado de Alcáçovas-Toledo .

Háa divergências nas descrições dos cronistas quanto à forma como o Rei recebeu Colombo.

Segundo alguns cronistas, imediatamente foi preparada uma armada comandada por D. Francisco de Almeida, para se dirigir às terras descobertas por Colombo, a Ocidente.

Mas em Abril iniciam-se negociações com a troca de embaixadores de ambos os lados.

As negociações são difíceis pois Castela regressa a um quadro anterior ao do Tratado de 1479-80, na medida em que reivindica a soberania das Índias, baseada no direito de descoberta.

Enfrentavam-se duas concepções irreconciliáveis:

A portuguesa, "mais moderna", propõe delimitação de espaços, anunciando já a solução futura.

A posição castelhana, pressupõe a anulação de qualquer compromisso anterior delimitatório no Oceano para, ao modo tradicional, fazer depender os direitos de navegação dos actos de descobrimento. Isto significa iniciar uma nova corrida, na qual o primeiro a chegar a cada novo local, ficaria com a sua posse.

Esta posição é novamente potenciadora de conflitos.

Entretanto, em 3 de Maio de 1493 o Papa Alexandre VI - Alexandre Borgia - pela Bula "Inter Cetera" garante aos Reis Católicos, a posse do que Colombo descobrira.

As negociações continuavam entre as duas coroas, conduzidas por parte de Portugal, por Rui de Sande, de forma a inquietar os Reis Católicos.

Então, Fernando e Isabel enviam a Roma uma embaixada integrada pelo Arcebispo de Toledo e D. Diego Lopez de Haro, e logo após, eram expedidas as bulas "Exímia Devotions" de 3 de Maio e a "Inter Cetera II", de 4 do mesmo mês, ambas de 1493.

Estas datas têm dado lugar a muitas interrogações. No entanto, Vander Linden que investigou o assunto, advogou que foram escritas em Junho, e datadas de Maio, para que não houvesse suspeitas de pressão. A 4 de Agosto recebia Colombo uma cópia da última.

Enquanto a "Exímia Devotions" apenas reforçava os termos em que foram feitas a Castela, as doações da anterior, já a "Inter Cetera II" era uma antecipação do Tratado de Tordesilhas.

Preceituava que eram doadas a Castela "todas as ilhas e terras firmes, achadas e por achar, descobertas e por descobrir, na direcção do Ocidente e Meio dia, a partir de uma linha do Polo Ártico ao Polo Antártico, que dista das ilhas que vulgarmente chamam dos Açores e Cabo Verde, cem léguas na direcção do Ocidente e Meio dia, [...] para Ocidente e Meio dia que não forem actualmente possuídas por outro rei cristão até o ano presente de mil quatrocentos e noventa e três a vós - reis de Castela e Leão - e vossos herdeiros e sucessores par sempre doamos, concedemos e assinamos".

O Rei de Portugal, não aceita esta delimitação meridiana, contrária ao tratado de Alcáçovas-Toledo.

Entretanto no mesmo mês de Maio, iniciou Colombo os preparativos para a sua segunda viagem, com os monarcas castelhanos a aguardarem a bula com o novo limite meridiano.

Tal concretiza-se com a publicação das citadas bulas e, ainda mais, com a bula **Dudum Siquidem**, de 26 de Setembro do mesmo ano, que não só confirma as doações anteriores, como destrói todo o fundamento contruído a favor de Portugal pelos documentos dos anteriores pontífices, abrindo, inclusive, aos castelhanos a possibilidade de realizarem viagens de descobrimento no Atlântico Sul.

Eis um excerto: "Como pode acontecer que os vossos (dos Reis Católicos) enviados e capitães ou vassalos, quando navegarem para Oeste ou para Sul, abordem regiões orientais e aí descubram terras que pertençam à Índia, nós ampliamos e estendemos a nossa dita concessão [...] a todas as ilhas e terras que lá forem achadas ou a descobrir, navegando ou viajando, sejam elas nas regiões ocidentais, ou nas regiões meridionais ou orientais".

Em nenhuma passagem da bula e feita alusão directa a Portugal.

Se esta bula tivesse sido posta em prática, teríamos assistido a uma fase de conflito aberto em todo o Atlântico.

Provavelmente os monarcas castelhanos queriam servir-se desta bula para negociar contra-partidas.

Por seu lado, D. João II actua com prudência e procura convencer Isabel e Fernando a dispensarem a intervenção papal.

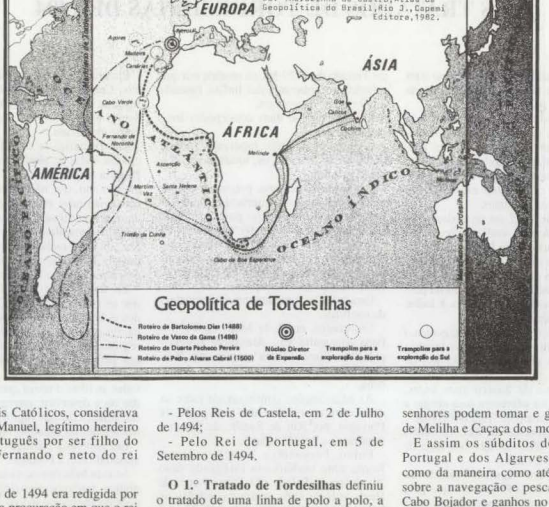
As negociações não avançam, pelo que os emissários portugueses regressam a Lisboa.

Segundo Rui de Pina, era desejo dos Reis Católicos dilatarem as negociações, por aguardarem notícias da nova expedição colombina.

Porém, as negociações vão acelerar e são concluídas em Junho de 1494, não sendo estranhas a esse facto, duas circunstâncias:

A primeira, é a morte do rei de Nápoles em Janeiro de 1494 e as consequentes exigências francesas a respeito deste reino, em que o rei de Portugal se apresenta favorável às pretensões da França.

A segunda, é a questão da sucessão do trono de Portugal, após a morte do Infante D. Afonso, e da intenção de D. João II de nomear sucessor seu filho bastardo D. Jorge. Esta atitude contrariava a Rainha D. Leonor que, com o



apoio dos Reis Católicos, considerava seu irmão D.Manuel, legítimo herdeiro do trono português por ser filho do Infante D. Fernando e neto do rei D. Duarte.

A 8 de Março de 1494 era redigida por Rui de Pina, uma procuração em que o rei português nomeava a sua embaixada a Tordesilhas, composta por pessoas da sua confiança e que eram membros do seu Conselho Real. Foram: Rui de Souza, senhor de Sagres e Beringel; João de Souza, seu filho, Almotacé-mor; Ayres Dalmada, Corregedor dos feitos civis na Côrte e no Desembargo Real.

A 5 de Junho, na vila de Tordesilhas, igual procuração era passada pelo secretário dos Reis Católicos a:

D.Henrique Henriquez, Mordomo-Mor; D. Gutierre de Cardenas, Comendador; Dr.-Rodrigo Maldonado.

Além dos três delegados, levou cada representação um escrivão e três testemunhas que eram: Estevão Vaz, secretário de D. João II, como escrivão da embaixada Joanina, e as testemunhas que actuaram como conselheiros: João Soares de Siqueira, Rui Leme e Duarte Pacheco Pereira, contínuos da Casa Real.

O escrivão castelhano foi Fernando Alvares de Toledo, e as testemunhas: Comendadores Pero de Leon e Fernando de Torres, vizinhos de Valhadolid e Fernando de Gamarra Zagre e Cenette, também contínuos dos Reis Católicos.

Em Tordesilhas, foram firmados dois tratados ractificados nas seguintes datas:

- Pelos Reis de Castela, em 2 de Julho de 1494;
- Pelo Rei de Portugal, em 5 de Setembro de 1494.

O 1.° Tratado de Tordesilhas definiu o tratado de uma linha de polo a polo, a 370 léguas a ocidente das ilhas de Cabo Verde, em "que todas as ilhas e terra firme achadas e descobertas e por achar e descobrir, a oriente desta linha, fiquem e pertençam para sempre ao Rei de Portugal"; e a ocidente da mesma linha "fiquem e pertençam aos Reis de Castela, Leão e Aragão".

Exceptuavam-se as terras descobertas até 20 de Junho, que se situassem para lá de 250 léguas a Ocidente de Cabo Verde.

Os pactuantes obrigam-se reciprocamente a não mandar navios a descobrir terras e ilhas, nem a resgatar, conquistar, etc, a parte que lhes não pertença. Estipula-se também o direito de passagem dos navios dos Reis de Castela, Leão e Aragão através dos mares dos Reis de Portugal.

Pelo 2.° **Tratado de Tordesilhas** ficou acordado que "aqui por diante durante o tempo de três anos não vão pescar nenhuns barcos dos Reinos de Castela nem fazer coisa alguma desde o dito Cabo Bojador para baixo até ao Rio de Ouro nem abaixo deste [...]. E para cima do Cabo Bojador podem ir e vir livre, segura e pacificamente a pescar e a fazer o que lhes aprouver os súbditos e vassalos dos ditos senhores Rei e Rainha de Castela Aragão,etc. [...] E que por isto os ditos senhores podem tomar e ganhar as vilas de Melilha e Caçaça dos mouros.

E assim os súbditos do dito Rei de Portugal e dos Algarves podem fazer como da maneira como até aqui fizeram, sobre a navegação e pescarias a Sul do Cabo Bojador e ganhos no Reino de Fez, sem embargo do vedamento que se disse e que agora está posto por ambas as partes".

As escrituras de aprovação, ratificação e outorga dos Tratados, escritas em pergaminho e seladas, foram assinadas pelos monarcas nas datas referidas.

A reacção dos outros países, como era de esperar, foi desfavorável a tal repartição planetária, que se fundava na teoria do "Mare Clausum", defendida por D. João II e se legitimava no direito de descoberta reconhecido pelas Bulas Alexandrinas.

Porém, em 1580 deu-se a dominação filipina. Logo no início do século XVII, publica-se a obra do holandês Hugo Grocio intitulada "Mare Liberum",onde no Direito Marítimo, o autor proclama o princípio da liberdade dos mares, assim como o de navegação e comércio de povo a povo.

Nesta obra, ficaram definidos os princípios gerais do Direito Internacional Público, de Paz e de Guerra, baseando-o no Direito Natural. Deste modo o Tratado de Tordesilhas foi posto em causa, embora a polémica se prolongasse por algumas décadas.

Texto de Barbosa Pereira
Novembro 1993

TRIBUNA MILITAR

Nos princípios da década de sessenta, um núcleo de oficiais dos que mais activamente se identificaram com a campanha do general Humberto Delgado na condenação e luta contra o salazarismo, passou a publicar, na clandestinidade, um boletim informativo e opinativo – A Tribuna Militar – que pudesse constituir um elo de ligação e formação de militares que conspiravam para a instauração da democracia e para libertarem as forças armadas do estigma de suporte da ditadura. Esta publicação extinguir-se-ia com o inêxito do "golpe de Beja" de 1 de Janeiro de 1962, em consequência dos graves ferimentos e prisão do capitão Varela Gomes, o seu mais entusiasta dinamizador.

Por parecer do maior interesse vamos passar a publicar, nesta secção, alguns dos textos mais significativos que emolduraram as páginas da Tribuna Militar, o que constitui um contributo importante para a história da resistência militar contra o fascismo, integrada na luta mais geral do povo português.

Iniciamos exactamente com o texto de abertura do n.° 1 de Janeiro de 1960, intitulado "O nosso Programa", e que é ilustrado com o logotipo que identificava todos os números da Tribuna Militar.

O NOSSO PROGRAMA

Camaradas. Entendemos que chegou o momento de encararmos muito a sério e decididamente a nossa cooperação no grandioso movimento que há-de afastar duma vez para sempre do governo do nosso país o grupo de usurpadores fascistas que há 33 anos detêm ilegalmente o poder.

O regime fascista, pela sua administração ruínosa, pelos actos de banditismo político, pelo desrespeito constante das leis e regime de terror que estabeleceu, fez do povo português um povo mártir e comprometeu gravemente o desenvolvimento e progresso da nossa Pátria.

Todos os camaradas tem o dever de cooperar no movimento de luta contra este regime, porque, hoje mais do que nunca, a sorte de cada um de nós e dos nossos filhos está ligada ao futuro político do país. Lutando por estabelecer um regime político democrático e progressivo, lutaremos por um melhor futuro para todos.

Mas, para que a nossa luta seja eficiente, para que os nossos esforços conjugados alcancem o fim desejado necessário se torna que saibamos unir-nos sob uma única bandeira e caminhemos em frente, como um só bloco, para o derrubamento do regime odioso que nos humilha.

Para isso, camaradas, para pouparmos a todos os portugueses ainda maiores provações, precisamos erguer uma organização tão forte que em cooperação com as demais forças opostas ao regime, e uma vez em marcha, possa varrer dum só golpe a camarilha fascista e instaurar no país um regime que seja a expressão genuína da vontade da maioria dos portugueses.

Há que esclarecer, porém, as bases em que deve assentar essa organização.

Julgamos que a nossa organização deve assentar nos seguintes princípios basilares:

1.° - Observância rígida das normas de segurança.

2.° - Não discriminação política, isto é, coesão de todas as forças políticas opostas ao regime.

3.° - Preparação das Forças Armadas para um movimento à base nacional, capaz de derrubar o fascismo, se possível, sem efusão de sangue.

Alguns camaradas consideram infantis certas regras de segurança ou confundem-nas com o medo.

Perguntaremos a esses camaradas: de que vale erguer uma organização se, por falta de cuidados, os nomes e a actividade da maioria dos camaradas que a compõem estão nos ficheiros da PIDE?

É evidente que, num regime policial como o nosso, em que se viola a

(Continua na pág. seg.)

TRIBUNA MILITAR *(cont. da pág. anterior)*

correspondência, se escutam os telefones, se violam os domicílios, todos os cuidados são poucos para evitar que as forças repressivas, único sustentáculo do regime, assestem violentos golpes na nossa organização.

Os factos, uns já distantes, outros bem recentes ainda, confirmam a necessidade da constante e rígida observância dos preceitos de segurança.

Outro princípio basilar e a não discriminação no que respeita às forças políticas que integram a nossa organização.

Devemos ter sempre bem presente que, neste momento, a nossa única bandeira é a do anti-fascismo.

Já é tempo de reconhecermos que o que tem mantido o fascismo no poder é a falta de unidade de todas as forças políticas opostas ao regime.

Se as forças anti-salazaristas se unirem e passarem à acção, o fascismo ficará completamente isolado e ruirá como um baralho de cartas.

Porque lutamos pelo restabelecimento completo das liberdades democráticas e porque queremos que o governo seja o representante da Nação e não de um pequeno grupo de indivíduos, saberemos imprimir desde o ínicio, uma feição democrática ao primeiro governo que surgir da revolução, integrando-o com os elementos representativos das principais orientações políticas existentes no país.

Quem irá impor a sua opinião, não será um ou outro indivíduo ou grupo de indivíduos – que isso seria cair novamente na ditadura – mas a Nação inteira, o nosso povo, que, liberto das cadeias que o manietavam, irá votar em massa e com plena consciência estamos certos, por um futuro democrático para o nosso país.

O terceiro princípio e não menos importante a que deve obedecer a nossa organização é a preparação para um movimento à base nacional, capaz de derrubar o fascismo, se possível, sem efusão de sangue, sem lutas fratricidas.

Esse movimento deve ser a base nacional, isto é, deve ser um movimento que enquadre todos os portugueses opostos ao fascismo: a intelectualidade, a classe média, as forças armadas, as massas trabalhadoras, todo o povo.

Se fossemos entregar o derrubamento do fascismo a uma escassa minoria de "heróis", de "chefes", esse movimento não representaria a vontade e as aspirações da Nação, mas sim a vontade e aspirações duma minoria que tinha chamado a si poderes que ninguém lhe conferiu.

Mas, se, em vez disso, as Forças Armadas se aliarem aos outros sectores da população, se chamarem as forças democráticas e patrióticas a um levantamento nacional, teremos não um golpe militar, mas sim uma revolução, que poderá mesmo realizar-se sem efusão de sangue. Esse será o caminho justo e realista.

O caminho que se apresenta hoje às Forças Armadas, que se tornou um imperativo nacional para essas forças, sob pena de terem que responder perante a história, e fundir a sua acção com as demais forças progressivas, é organizar um vasto e forte movimento revolucionário, capaz de derrubar o governo salazarista. Este foi o caminho seguido por Machado dos Santos, Cândido dos Reis e outros ilustres oficiais da Revolução do 5 de Outubro de 1910, esse será o caminho que teremos de seguir para vencermos.

Livraria e Papelaria

Aleixo

Rua Ataíde de Oliveira, 9 – Telef. 62425

8100 – LOULÉ

O Mundo só pode ser
Melhor do que até aqui
Quando consigas fazer
Mais p'los outros que por ti

Aleixo

CARTA PARA FRANCISCO SALGADO ZENHA

Agora que partiste, discretamente, como era teu hábito (nem, sequer, avisaste os amigos), é que me decidi a escrever esta carta que te devo desde que nos conhecemos. Éramos então jovens, eu um modesto militante provinciano e tu um prestigiado resistente nacional. Unia-nos um conjunto de afinidades celulares, a mesma concepção da política, o mesmo projecto social, a mesma profissão. Acreditávamos na força redentora da justiça e sabíamos que esta ideia-força não se limitava à aplicação da lei, tantas vezes iníqua, mas a transformar o mundo de selvagem em humano. Éramos - permite que me inclua nesse número - discípulos professos de Cristo militante, de Tomás More utopista, de António Sérgio racionalista, de Luther King pacifista e de Che Guevara revolucionário. A nossa força era a nossa esperança, fundada nos valores generosos e perenes da liberdade, da igualdade e da solidariedade. Ensináste-me que só é vencido quem desiste de lutar. E davas tanta convicção às tuas palavras que o futuro fulgia nos teus olhos como o sol nas manhãs primordiais, quando ainda era de todos.

Sacrificaste a vida à tua coerência. Por isso alguns te sacrificaram. Os tempos que correm não são propícios aos nobres ideais que forjaram o teu carácter. O povo sofre com o desvario dos politicos de carreira, e a Pátria agoniza numa profunda crise moral. Sempre lutaste para dares à politica uma dimensão ética (o socialismo, mais do que uma ideologia, é uma ética) e para fazeres do nosso partido um lugar de convívio fraterno e uma escola de humanismo. Por isso os que te combateram estavam, sem o saber, a reforçar a razão da tua luta.

Foto gentilmente cedida por Rui Ochôa

A História ensina-nos que nas encruzilhadas da crise há sempre alguém que se rebela e assume a honra colectiva. O Infante D.Pedro, Sá de Miranda e Alexandre Herculano foram teus predecessores. O primeiro morreu às mãos dos que o enredaram na intriga, os outros retiraram-se da corte e da politica para se manterem fiéis a si próprios. Também tu te afastaste da arena conspurcada pela degradação da luta partidária, e assim salvaste a alma.Mas esse afastamento não foi uma abdicação. Foi uma nova forma de rebeldia. De tal modo que, agora que partiste, é que todos sentimos a tua falta.

Mas fica tranquilo, meu Caro Zenha. O teu legado há-de impor-se, inevitavelmente, como um destino que tem de se cumprir. Foi-se o semeador mas não se foi a semente. Na terra sáfara do nosso desencanto voltarão a florir os cravos de Abril. E a tua voz insubmissa há-de ecoar de novo nas alamedas do futuro.

ANTÓNIO ARNAUT

PERSPECTIVAS SOMBRIAS

É habitual, nesta quadra festiva, virem à luz do dia as mais diversas previsões sobre o ano seguinte. Astrólogos e, por vezes, até analistas políticos dedicam-se à árdua tarefa de advinhar o futuro e os seus escritos são devorados por inúmeras pessoas ávidas de conhecer a sorte ou o azar que as espera.

Não sou astrólogo e devo confessar, francamente, que não acredito na astrologia. Penso que qualquer ser humano é capaz de asseverar que haverá tensões e conflitos em diversas zonas, que irão ocorrer catástrofes naturais e que morrerá uma pessoa importante. E isto sem se escudar numa hipotética conjunção de Saturno e Marte ou numa passagem de Vénus pela quarta casa de Zodíaco.

Também não sou (nem pretendo ser...) analista político, debitando opiniões categóricas sobre qualquer problema, ocorra ele no polo norte ou na selva equatorial, enquadrando-o em estratégias que, possivelmente, nunca passaram pela cabeça dos seus hipotéticos autores.

Tenho-me, somente, como um pacato cidadão que se interessa pelos problemas do dia a dia e deles procura tirar conclusões, por vezes erradas e reveladoras de confrangedora incapacidade de análise.

Mas, precisamente e apenas como cidadão no pleno gozo dos seus direitos políticos e com os impostos em dia, atrevo-me a considerar que bastante sombrias são as perspectivas dos portugueses para 1994. Porquê? Por favor acompanhem-me no meu raciocínio.

Havendo, desde finais de 1991, indicadores bastante explícitos que apontavam para a aproximação de um período difícil, nunca foram encarados frontalmente esses sintomas e ainda há meia dúzia de meses se falava, orgulhosamente, em óasis.

Na realidade, com uma economia extremamente débil e aberta ao exterior, Portugal foi e sempre será de grande permeabilidade a tudo o que se passa no mundo. Trata-se de uma inevitabilidade histórico-estrutural a que não conseguimos furtar-nos e que gera a alternância de ciclos de prosperidade com períodos de estagnação ou mesmo de retrocesso.

Não é propriamente nisso que está o mal, a que já nos habituámos. Ele situa-se na recusa sistemática de encarar a realidade com frieza e na tentativa desajeitada de a apresentar consoante as conveniências de momento:

Se tudo corre bem, o mérito é exclusivamente nosso; quando corre mal, toda a culpa é dos outros.

A realidade, porém, é diferente. Sem dúvida que, integrados numa macroeconomia mergulhada em profunda crise, dela havíamos de sofrer fortes reflexos, tão fortes e amargos como é enorme a nossa debilidade económica.

E surge, assim, uma primeira questão: Não teria sido possível que a crise que nos afecta assumisse menores dimensões? Creio bem que sim.

Havendo, desde finais de 1991, indicadores bastante explícitos que apontavam para a aproximação de um período difícil, nunca foram encarados frontalmente esses sintomas e ainda há meia dúzia de meses se falava, orgulhosamente, em óasis.

Por isso talvez não surpreenda que os Orçamentos do Estado (O. E.) para 1992 e 1993 não apontassem minimamente para quaisquer preocupações de protecção e de defesa.

Pelo contrário, em relação ao ano que agora termina, teve-se como objectivo fundamental da nossa política económica o cumprimento rígido dos critérios de convergência impostos pelo Tratado de Maastricht, os quais se pretendia atingir em 1995 e que agora foram já adiados para 1999.

Ora os resultados obtidos são catastróficos. Os indicadores previstos foram largamente ultrapassados para pior e a crise anunciada mas nunca considerada instalou-se confortavelmente no nosso país.

Por exemplo: Em lugar dos 4,2% previstos para o déficit orçamental atingem-se 8,5% do PIB (produto interno bruto); o crescimento económico ficar-se-á pelo valor O ou, quando muito, pelos 0,3% quando se apontava para 3%; a dívida pública ultrapassa os 60% do PIB e apenas a inflacção deverá andar à volta do valor previsto. Isto para não se falar de outros indicadores igualmente elucidativos.

Portanto, em lugar de se cumprirem os critérios de convergência, Portugal afastou-se largamente das metas a que se obrigara.

Razão para tal? Uma política económica que não teve em conta a realidade e conduziu a um colapso profundo da nossa economia e a um déficit de um bilião de contos (o dobro do previsto!!!) situação que, segundo o desabafo de uma personalidade altamente colocada, nunca se havia verificado desde o tempo de D. Afonso Henriques.

Não interessa, aqui e agora, debater o que se deveria ter feito mas não se fez. Isso pertence ao passado e a minha pretensão é, tanto quanto possível, encarar o futuro.

Então será que o actual panorama justifica que as perspectivas sejam sombrias? A minha resposta é afirmativa.

Entendo que ao contrário do que se pretende fazer crer, a nossa economia ainda não "bateu no fundo". Tal deverá ocorrer em 1994, pois o nosso normal desfasamento em relação à Europa a isso nos levará. As previsões da C.E. e da O.C.D.E. apontam o final do próximo ano ou o primeiro semestre de 1995 para o início da recuperação europeia. Assim, e na melhor das hipóteses, será o segundo semestre de 1995 a marcar o nosso arranque para a superfície.

Resulta daí que 1994 será, sem dúvida, o ponto mais baixo da trajectória que percorremos, marcado por um forte agravamento da situação, com grandes conflituosidade laboral e instabilidade social, com aumento acentuado do desemprego e falência de mais empresas.

Se isso seria já suficiente para alicerçar as minhas humildes previsões, há outro aspecto muito importante que as reforça.

Perante o descalabro occorido em 1993, foi elaborado um orçamento suplementar que retira às empresas diversos benefícios fiscais que lhes haviam sido concedidos. Isto é: No início do ano criaram-se determinadas facilidades com base nas quais os empresários definiram as suas estratégias e agora, no final do ano, elas são pura e simplesmente anuladas.

... que 1994 será, sem dúvida, o ponto mais baixo da trajectória que percorremos, marcado por um forte agravamento da situação, com grandes conflituosidade laboral e instabilidade social, com aumento acentuado do desemprego e falência de mais empresas.

É verdade que, no último momento, houve um ténue recúo governamental ao ilibar as mais-valias reinvestidas mas manteve-se a retroactividade em todos os outros aspectos, nomeadamente no que respeita a contas poupança-reforma e poupança-habitação, o que afectará não só as empresas mas o simples particular.

Assim, como é possível que, perante o falhanço estrondoso de política económica prosseguida durante 1993 e da anulação abrupta de incentivos concedidos, as empresas tenham confiança no futuro e no O.E. para 1994 que se apresenta envolto num optimismo que, embora mitifado, não pode deixar de se considerar excessivo?

Não se deve esquecer que a confiança é fundamental para a estabilidade da economia e, na prática, será inatingível quando ninguém confia em ninguém. Daí o previsível retraimento do investimento, com todas as trágicas consequências que dele advirão.

Talvez valha, ainda, a pena esclarecer o falso paralelismo que pretenderam estabelecer entre o imposto lançado no final de 1983 por um governo de Mário Soares e o corte de benefícios fiscais estabelecido pelo O.E. suplementar para 1993.

Não há dúvida de que ambas as medidas são de efeitos retroactivos. Porém enquanto que o referido imposto não anulou nada que houvesse sido concedido nesse ano (e, por isso, foi considerado constitucional) o estabelecido agora elimina concessões que, correctas ou incorrectas, haviam sido legisladas no próprio ano em que são canceladas. Portanto o problema de retroactividade é perfeitamente diferente num caso e noutro.

Creio que o exposto é suficiente para fundamentar o meu pessimismo. Sinceramente, desejo que venha a verificar-se ser totalmente errada a análise que acabo de apresentar pois isso significará que a situação não virá a tornar-se tão grave como eu suponho.

Mas, como não acredito em milagres, até prova em contrário continuo a considerar que são muito sombrias as perspectivas para 1994. A seu tempo veremos.

Nuno Fisher Lopes

COMEMORAÇÕES DO XX ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL

Integrado nas comemorações do XX aniversário do 25 de Abril a realizar no próximo ano, procedeu-se já ao lançamento do nosso Concurso Literário cujo regulamento foi tornado público na ultima semana de Outubro e a seguir se transcreve:

REGULAMENTO

1. A associação 25 de Abril (A25A), fiel ao artº 3º dos seus estatutos, institui em 1993, um Concurso para trabalhos inéditos, nas modalidades de: Memória vivida do 25 de Abril; Conto para Crianças; Poema; Quadra. Este concurso enquadra-se no ciclo de comemorações do 20º Aniversário da Revolução de Abril, que a A25A levará a efeito durante o ano de 1994.
2. O valor dos prémios é de 300 contos, para cada uma das três primeiras modalidades, e de 150, para a quadra.
3. Só havendo imposição de tema para a Memória Vivida do 25 de Abril (que poderá ser expressa através de um conto, uma crónica, qualquer outra narrativa), este Regulamento não fixa limite de páginas aos originais concorrentes ás quatro modalidades, devendo corresponder a cada entrega ou envio uma só Memória, apenas um Conto para Crianças, um só poema, uma só quadra, porém, os autores são livres de concorrer com vários pseudónimos, em qualquer das modalidades.
4. Cada trabalho, obrigatoriamente escrito em Português, deverá ser entregue, por correio ou em mão, na A25A (Rua Luis de Camões, 47 - 2795 LINDA-A-VELHA), em triplicado e dactilografado em folhas A4, a dois espaços, com indicação da modalidade a que concorre, seu titulo (dispensável, na quadra) e pseudónimo.
5. O prazo de entrega dos originais (que deverão ser acompanhados por um sobrescrito lacrado, contendo o nome, a morada e o número de telefone de cada concorrente, e referindo, no exterior, a modalidade, o titulo e o pseudónimo), termina em 31 de Dezembro de 1993, contando a data de carimbo, se enviados pelo correio.
6. O Júri, de cuja deliberação, por maioria simples e sem abstenções, não haverá recurso, será constituído por três membros, representando a A25A, a Associação Portuguesa de Escritores e o Centro Português da Associação Internacional dos Criticos Literários. Votará apenas um trabalho em cada modalidade, reservando-se o direito de, em qualquer delas, não atribuir prémio.
7. Os prémios serão entregues numa cerimónia pública, a realizar em Lisboa, em data e local a determinar oportunamente, podendo a A25A, se tal vier a dicidir, publicar os originais galardoados, em edição sua, e não havendo, então, lugar ao pagamento de direitos autorais.
8. A A25A só devolverá os trabalhos directamente aos autores ou seus representantes credenciados, no prazo máximo de 90 dias após a entrega dos Prémos, findo o qual serão destruídos.

Temos já em nosso poder um elevado número de originais que oportunamente serão apreciados pelo júri.

Prosseguem, também, os trabalhos preparatórios das comemorações que pretendemos efectuar, estando em fase de constituição a respectiva Comissão Organizadora. Conforme já foi divulgado, o ciclo comemorativo desenrolar-se-á de Março a Outubro e logo que esteja completamente definido o programa dele será dado conhecimento geral.

No momento presente, e para além do Concurso Literário referido, encontra-se já confirmada a realização das sessões solenes de abertura e de encerramento, da Corrida da Liberdade, do Sarau de ginástica, da prova de cicloturismo, do concerto de música clássica, dos colóquios "20 Anos Depois" e "A Descolonização", do concerto pelas Bandas Militares dos 3 Ramos das Forças Armadas e da exposição de medalhas alusivas ao 25 de Abril.

O cartaz alusivo será da autoria de Júlio Pomar, nome cimeiro da pintura portuguesa actual, sendo a medalha comemorativa mais uma obra de José Aurélio, também vulto notável da escultura e medalhistica nacionais.

Em toda a nossa organização contamos com o apoio dos Senhores Presidente da República, Primeiro Ministro, Ministro da Defesa Nacional e Secretário de Estado da Cultura, bem como da Fundação Calouste Gulbenkian, da Fundação Oriente, da Sociedade Lisboa Capital da Cultura 94, da Caixa Geral de Depósitos, do Montepio Geral, da Sociedade Nacional de Belas Artes, das Câmaras Municipais de Lisboa, Almada, Vila Franca de Xira (de referir que estas são as Câmaras a quem foi pedido apoio específico, aguardando igualmente a indicação de outras Câmaras a quem foi solicitado apoio diversificado), da Associação Portuguesa de escritores e do Centro Português da Associação Internacional de Críticos Literários.

Esperamos ter, até final de Dezembro, completamente definidas a programação e a calendarização, nomeadamente as actividades a desenvolver pelas Delegações e Núcleos da A25A. A partir desse momento é indespensável a colaboração de todos. Contamos consigo!

Nuno Fisher Lopes Pires

CONVITES FEITOS À A25A

- CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA/COMPANHIA DE TEATRO DE ALMADA
Estreia Nacional da Ópera "Bastien e Bastienne" de W.A.Mozart
1/10/93

- COMISSÃO PROMOTORA HOMENAGEM A ALCINA BASTOS
Romagem e Sessão solene ao Cemitério dos Prazeres
2/10/93

- MOVIMENTO PORTUGUÊS CONTRA O APARTHEID
Encontro de Organizações não Governamentais e Personalidades com o Presidente do ANC - Dr. Nelson Mandela
5/10/93
Encontro de diálogo e convívio com actividades e amigos do Movimento Anti-Apartheid.
27/11/93

- CÂMARA MUNICIPAL DA AMADORA E D. STELLA DICKER CORREIA RIBEIRO
Cerimónia de entrega do espólio do Dr. Piteira Santos à Biblioteca da Amadora
29/11/93
"Solidariedade com Timor"
13 a 21/11/93

- CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Cerimónia de descerramento da placa topónimica da Rua Fernando Piteira Santos
8/10/93
Inauguração da exposição - "Uma oposição indomada e indomável da campanha eleitoral do Gen. Norton de Matos. - 1948/1949"
12/10/93

- ASSOCIAÇÃO DA COM. UNITÁRIA DE REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS DA PONTINHA
Comemoração do 10.° Aniversário
9/10/93
Inauguração da exposição de Eurico Borges
16/10/93
Exposição de J. L. Mendonça
6/11/93

- GALERIA DE ARTE CAPITEL
Inauguração dos cristais "Atlantis"
Inauguração da exposição de pintura de Fernando Gaspar
27/11/93

- CIDAC CENTRO DOCUMENTAÇÃO AMILCAR CABRAL
Jornadas "Europa - Desafios na unidade e na diferença"
16/10/93

- CLUBE MILITAR NAVAL
Conferência "Política, Recursos Humanos e Forças Armadas"
21/10/93

- A.D.F.A. – ASSOCIAÇÃO DE DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Sessão solene da fundação da Associação
29/10/93
Inauguração da Se de Social
19/11/93

- COM. ORGANIZADORA DO CONGRESSO NACIONAL DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA RECREIO E DESPORTOS
Sessão de abertura
30/10/93

- GALERIA SÃO FRANCISCO
Inauguração da exposição de pintura de Álvaro Perdigão
4/11/93

- ASSOCIAÇÃO DOS OFICIAIS DAS FORÇAS ARMADAS
Colóquio "Direitos dos militares - enquadramento legal face às disposições vigentes nos restantes países Europeus".
5/11/93

- DIRECÇÃO REGIONAL DE LISBOA E SETÚBAL DO PCP
Comício-Festa
5/11/93

- ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE SACAVÉM
Sessão solene do 17.° Aniversário
6/11/93

- TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA
Estreia da peça "Os dias felizes" de Samuel Beckett.
12-13-14/11/93

- JUNTA DE FREGUESIA DO LARANJEIRO
Cerimónia de abertura dos VIII Jogos Desportivos da Freguesia do Laranjeiro
13/11/93

- INTERVENÇÃO DEMOCRÁTICA
Debate "Autárquicas 93"
18/11/93

- A CASA DAS BEIRAS
Lançamento do livro "A Beira Baixa a memória e o olhar".
19/11/93

- SOCIEDADE FILARMÓNICA UNIÃO PIEDENSE
Espectáculo "Recordando Ary dos Santos"
20/11/93

- A INTER-REFORMADOS
2.ª Conferência Nacional
19/11/93

- JUNTA DE FREGUESIA DA MINA
Colóquio "O conceito de Moderno em poesia"
26/11/93

- GALERIA QUADRADO AZUL
Inauguração da exposição de pintura de Marta Seixas
26/11/93

ASSOCIADOS FALECIDOS

– José dos Santos
Sócio efectivo n.° 1774

– António Francisco Gonçalves de Castro
Apoiante n.° 323

– Francisco de Almeida Salgado Zenha
Apoiante n.° 505

OFERTAS FEITAS À A25A

– 2 Livros "A luta do Ultramar - TOMO I e TOMO II

Oferta do nosso apoiante Artur Raúl da Silva Marques

NORTE

COMEMORAÇÕES DO 5 DE OUTUBRO

A Associação 25 de Abril associou-se às Comemorações do aniversário do 5 de Outubro de 1910, na cidade do Porto.

De manhã, junto ao monumento que nesta cidade evoca tão significativa data histórica, um grupo de prestigiados republicanos levou a cabo uma singela homenagem aos que naquela data transformaram um sonho em realidade.

Após a leitura de alguns poemas por parte do actor António Reis, o Arquitecto Corte Real, Presidente em exercício da Assembleia Geral da Delegação Norte da A25A, fez a leitura da mensagem enviada pelo Sr. Prof. José Augusto Seabra, por impossibilidade deste estar presente.

Por inicitaiva da Câmara Municipal do Porto, foi neste dia agraciado com a medalha de ouro da cidade, em sessão solene nos respectivos Paços do Concelho, o Dr. Mário Cal Brandão.

Nessa cerimónia fez-se a A25A representar, através de vários membros dos corpos gerentes da sua delegação Norte.

Associou-se também a nossa Associação ao almoço que teve lugar nesse mesmo dia no Grande Hotel da Batalha, na cidade do Porto, almoço esse que além de comemorar a efeméride, prestou uma singela homenagem ao Dr. Cal Brandão.

LANÇAMENTO DO "GUIA DO 3.° MUNDO - 1993" NA CIDADE DO PORTO

Apoiou a A25A, através da sua Delegação Norte, o lançamento do "Guia do 3.° Mundo - 1993", na cidade do Porto, que teve lugar na noite de 14 de Outubro, na Cooperativa Árvore.

Foi com toda a satisfação que o fizemos, pois trata-se de um trabalho árduo, sério e importante, como foi patente pelas intervenções das personalidades que nessa ocasião usaram da palavra, nomeadamente o jornalista Cesar Príncipe.

Para os que nele trabalharam aqui vão os votos da Associação 25 de Abril para a boa receptividade deste trabalho.

PASSEIO CULTURAL/RECREATIVO A VILA NOVA DE CERVEIRA

Ficou sem efeito o passeio programado a V.N. de Cerveira pela Delegação Norte da A25A, em 30 de Outubro passado, por motivo do reduzido número de inscrições.

Fica aguardando uma melhor oportunidade para o realizar.

DEBATE SUBORDINADO AO TEMA "O PORTO E O SEU FUTURO"

Por iniciativa da Delegação Norte da A25A teve lugar na noite de 19 de Novembro, no auditório da Reitoria da Universidade do Porto, um debate subordinado ao tema "O Porto e o seu futuro", no qual foram convidados a participar todos os candidatos à Presidência da Câmara Municipal do Porto, nas proximas eleições autárquicas.

Tomaram parte nesse debate o Eng.° António Taveira (PSD), a Dr.ª Ilda de Figueiredo (CDU), o Dr. José de Castro (UDP) e o Dr. Reguengo da Luz (PSN).

Declinaram o convite o Dr. Fernando Gomes (PS) e Nuno Morgado (CDS). O primeiro, alegando razões de responsabilidade de agenda devido aos inúmeros convites que para o mesmo efeito tinha recebido. O segundo justificando a sua ausência, após ter inicialmetne anuído, como consequência da ausência do Dr. Fernando Gomes.

O debate foi moderado pelo jornalista Rogério Gomes (Público) Manuel Vitorino (Jornal de Notícias), e Vitor Pinto (Rádio Nova) e teve o patrocínio do Jornal de Notícias e da Rádio Nova.

Teve esta iniciativa uma assistência bastante numerosa, a quem foi dado presenciar uma apresentação de propostas necessariamente diferentes, embora convergentes em muitos pontos para a cidade do Porto no futuro.

As intervenções dos candidatos pautaram-se na sua globalidade por um elevado grau de civismo e seriedade, indo de encontro à aposta feita pela A25A, quando se abalançou a esta ideia.

Pena foi que não pudessem estar presentes todos os candidatos, pois dessa forma o debate poderia ter sido ainda mais rico e provavelmente mais participado.

A publicação do Relatório do BC5, relativo à sua participação no 25 de Abril de 1974, deu origem a uma carta do nosso associado José Cardoso Fontão (comandante das forças do BC5 nesse acto histórico) que publicamos na integra.

Tem razão o Fontão, quando deduz que a fonte da nossa publicação foi o livro da autoria do também nosso associado Diniz de Almeida. Isso porque não temos em nosso poder nem o original nem qualquer cópia dos referidos relatórios (como acontece com outras unidades).

Por fim, uma total concordância com a posição do Fontão ao procurar sensibilizar os membros da A25A para que sigam o seu exemplo e escrevam sobre a sua vivência nos acontecimentos do 25 de Abril, seus antecedentes e consequências. Vamos a isso. As páginas de "O Referêncial" estão ao vosso dispor.

V. L.

Publicou o Boletim n.º 26 da nossa Associação uma transcrição dos Relatórios do Batalhão de Caçadores 5 relativos à sua participação no Movimento do 25 de Abril.

Ao tempo foram elaborados apressadamente, em função das circunstâncias que se viviam e da urgência que se nos pediu na avaliação do comportamento dos principais responsáveis hierárquicos, durante os acontecimentos. Não admira, por isso, que apresentem deficiências de escrita, de dactilografia, e até de um relato que poderia ter sido mais completo. Há ainda erros de transcrição que já tinham constado do livro publicado pelo nosso camarada Diniz de Almeida, do qual, ao que deduzo, se tomou a fonte.

Se os relatórios em si, do ponto de vista factual, não exigem rectificações de monta, o mesmo não se passa com a "Fita do Tempo" que apareceu também transcrita, isto por se configurar como parte do relatório, quando foi apenas um documento organizativo pessoal, manuscrito na manhã do dia 24 de Abril (com acrescentos posteriores) e por conter deturpações que obscurecem alguns dos episódios ou intenções. Assim:

Às 17 00h : Foram tomadas "medidas de decepção" e não "medidas de recepção". (Esforçamo-nos por manter um clima de normalidade, formaturas de saída, dispensas, etc, que desfalcaram as Companhias Operacionais, mas podem muito bem ter iludido alguma vigilância que se exercesse sobre nós, ali à mão de semear de todas as Forças Policiais).

Às 23 00h e às 01 30h : "Prever a detenção de não aderentes" e não "Breves detenções" como aparece referido sem corresponder ao que se passou. (embora admitíssemos como inevitável o aparecimento de recalcitrantes, a verdade é que, para nosso espanto e significativamente, isso não aconteceu, nem os músicos se esquivaram às tarefas operacionais. Apenas um Oficial idoso, Major Soares, que dormia no quartel, me apareceu a meio da noite estremunhado e barafustante. Sabendo que passava à reserva por esses dias, convenci-o a voltar ao quarto, como se nada fosse e nada tivesse visto, para tranquilidade dele e nossa).

Às 01 45 h : "Formatura desenfiada da Penitenciária" e não "Formatura desconfiada da Polícia Aérea", o que tem a sua graça, mas nenhum contexto. (Como os muros da Penitenciária dominavam o nosso aquartelamento e estavam guarnecidos pela GNR, um dos nossos "inimigos" potenciais, tivemos de rodear de muitas cautelas, tanto a concentração, como a saída).

Posto isto, parece-me oportuno acrescentar umas tantas considerações.

Apesar das muitas precauções e da grande coesão que reinava dentro do nosso pequeno grupo de aderentes ao então chamado "Movimento de Capitães", devo confessar que não esperava, como não esperaria ninguém, a não ser a "Boa Estrela" do Otelo, tantas facilidades no apoio à rebelião e no efeito de surpresa que obtivemos nas barbas do aparelho governamental.

A aderência unânime de toda a gente chamada ao longo daquela memorável noite, só pode encontrar explicação numa enorme e rara consciência colectiva formada em verdadeiros "dias de brasa", tanto mais que a obscuridade da situação militar em que nos íamos colocar era manifesta para quem se viu de repente metido naqueles assados, e até para nós, profissionais e conspiradores, mas muito mal informados sobre a contagem das espingardas, mesmo do contorno político em que nos íamos envolver. Não conheciamos o celebérrimo "Programa" e da minha parte apenas tinha uma garantia pessoal do Otelo de que o Movimento seria de cariz democrático.

Facilmente se deprenderá que, ao BC 5, couberam dificuldads acrescidas, tais como:

– Recepção tardia da Ordem de Operações (e muito incompleta, pouco mais tinha do que um anexo de transmissões com falhas em relação ao dispositivo que tivemos de adoptar).

– Alteração de última hora a um dos Objectivos que deixou de ser o Quartel do Carmo, substituído pelo Quartel General do Governo Militar de Lisboa que tivemos de reconhecer apressadamente nesse mesmo dia, planeando o cerco e assalto sem eventuais ajudas do interior e sem informação suficiente.

– A localização da Unidade, sujeita a fácil vigilância do exterior, e até do interior onde existiam instalações da Legião Portuguesa (!!!).

– A fama do BC 5, dita Unidade da confiança do Regime, o que não sendo já líquido, pressupunha antenas no interior a neutralizar, como também procurámos fazer, pelo menos num caso mais conhecido.

– O perfil militar do Comandante Interino, de valor inegável, mas infelizmente avesso ao Movimento e tido como amigo pessoal do Ministro. Ainda por cima manteve-se no Quartel para lá do toque da Ordem do dia 24, a pretexto de um jogo de futebol na televisão, o que não era habitual e me levou a admitir que estivesse alertado por alguma

desconfiança. Foi outra das razões que me fez accionar as formaturas de saída e me obrigou a encenar uma saída do quartel para o tentar iludir, como parece ter acontecido, ao sair logo depois. Tinha respeito e até amizade pelo Vinhas que não mo deixam ver como informador, mas o contrário pode ter acontecido, isto é, algum espírito santo de orelha do Ministro se ter esvaziado perante a nossa aparente desmobilização dessa tarde. Viria daí a tranquilidade ministerial dessa noite? Se assim foi, benditas artimanhas, por muito que tivessem custado no azar do falecido Vinhas.

– A fragilidade do Batalhão, mal armado, mal equipado, quase sem defesa anti-carro, arriscando-se a ficar disperso e isolado no centro da Capital, como veio a acontecer. De madrugada chegou a constar que estávamos cercados por forças governamentais, o que não era inverosímil ou improvável e nos causou bastantes preocupações, a ponto de improvisarmos barricadas com viaturas militares e muitas das civis que encontrámos à mão.

Quanto à Operação, é evidente que saímos a tempo e horas e que as Companhias cumpriram rigorosamente as suas Missões para garantirem a ocupação do Rádio Clube Português e do Quartel General do Governo Militar de Lisboa, cuja importância me dispenso de comentar, como ainda outra inopinada de protecção à residência do então General Spínola.

A esta distância vaidades pessoais seriam ainda mais ridículas, como só triste seria que tivessemos falhado o cumprimento do nosso dever, mas também se perdoará a ponta de orgulho que, após o tiunfo da Revolução, tomou o pessoal do BC 5, no todo, seu protagonista autêntico.

O que pretendo acentuar, porque terá o seu significado, é o estranhíssimo comportamento que as hierarquias saídas da Revolução foram tendo com o nosso Batalhão.

Tirando as palavras de camaradas que nesses dias elogiaram o papel da Unidade, nomeadamente do Otelo, do Fabião, do Costa Neves, nenhum dos responsáveis que então se guindaram na esfera militar e na do poder político nos brindou com uma mensagem, um gesto de simpatia, uma visita cortês. Até militares experientes que não se teriam esquecido de enaltecer um qualquer pequeno "Ronco" nas guerras coloniais, se terão inebriado nos fumos do poder de tal modo que não mais se lembraram dos "Maçaricos" que andaram a estender-lhes a passadeira.

Tudo isto tem de ser visto hoje com uma grande dose de ironia e é assim que também vejo a única citação em Ordem de Serviço do BC 5. Fui eu o dador desse pequeno rebuçado de patético ar narcísico.

Pior ainda, quando se quiz louvar a acção dos revoltosos das Caldas da Rainha, cuja ousadia era disso merecedora, não se achou, porém, melhor do que embrulhar-nos, com as restantes Unidades de Abril, no labéu de cobardia e de pérfidas intenções políticas.

Da nossa parte, claro que fizemos coisas tão estranhas como prender o Brigadeiro nosso General Chefe do Estado Maior desse mesmo dia, suma parvoíce que jamais alguém terá alcançado em alguma revolução, ainda que o homem enquanto preso tivesse dito os maiores disparates. A meu ver, o tom surrealista deste acontecimento não se ficou por aí e deu aso à degradação do clima no exército e da sua credibilidade.

Ainda me cruzaria com esse meu estranho "chefe revolucionário" que batendo-me nas costas e chamando-me de seu "carcereiro" me prometia uma ida ao BC 5 para "saldar a sua dívida". Claro que nunca lá foi.

Com este péssimo "handicap" à partida, o BC 5 prosseguiu na sua má sina. Manteve-se por tempo infindável com tropa na rua a pretexto de se guardar o RCP, foi assediado por autênticos abutres políticos que rondaram à sua volta, recebeu dois comandantes que entraram fora de tempo e sairam sem mais nem menos (Coutinho David e Trindade Lima), suportou ameaças de transferência para a Carregueira quando nos batíamos pela sua reorganização operacional e, finalmente, entrou-se na degradação completa com o quartel numa incrível confusão, transformado em armazém da Comissão Liquidatária da Guiné.

A mim, só me sorriu uma solução – fugir para bem longe. Foi o que fiz, disponibilizando-me para uma comissão no Ultramar na esperança, também vã, de encontrar melhor sorte. Pertenço àquele universo um tanto disparatado dos que, mesmo sem piar, só levaram trolha. Talvez, no fundo, seja mais culpado do que os outros, por não ter sabido agir quando o poderia ter feito.

Quanto ao BC 5, arrastou-se em liquidação até ficar bem morto, sem a piedade dum epitáfio que recorde aos vindouros o seu derradeiro assomo de dignidade.

Com este pequeno relato, pretendo também sensibilizar os camaradas da Associação e apelar a um esforço para que as páginas do Boletim suscitem outras visões e outras achegas, de militares de todos os postos ou civis, de quantos se envolveram nos acontecimentos desde 1973 ao 25 de Novembro, até de outros que vieram mais tarde, nos equívocos do tempo do General Eanes, nas depurações estalinistas de alguns Conselhos das Armas sob a égide do General Rocha Vieira, etc., etc..

Ninguém espera que algumas responsabilidades criminais sejam aqui postas a nu, mas há outras obscuridades mais difíceis de explicar. Concretamente, lembro a estranha omissão que se tem feito ao percurso do Movimento em Angola, a cuja comissão cheguei a pertencer, estando, porém longe de poder relatar o seu importante papel. Homens como o Vilas Boas, o Gil, o Tomás, o Sousa Guedes, (o Duarte de Almeida se fosse vivo), poderiam e deveriam comentar, documentar, um processo em que foram peças fundamentais.

Não se trata de lançar acusações para a mesa, o mais certo é não haver inocentes. Há, sim, um debate sereno e responsável que espera por nós. Infelizmente, ou nos conhecemos muito mal e nos percebemos pior, ou nos conhecemos bem demais e nada nos perdoamos, mas quem procura a verdade encontra facilmente a tolerância.

O problema também não se fica pelo refazer, pela desocultação de uma História mal contada. Há tarefas urgentes na divulgação daquela cultura republicana e democrática, laica e de fraternidade social, de que vamos precisando bem neste País, quando ainda por cima corremos o risco de ser chamados à sua defesa activa.

Precisaremos talvez duma catarse condescendente para retomar uma vertente de intervenção cívica, mas acredito que haja, ainda hoje, um elo fundamental que ligue a maioria dos que naquele tempo afrontaram directamente uma ditadura. Mal iríamos, se assim não fosse.

Lisboa, 5 de Outubro de 1993*

José Cardoso Fontão

VAMOS APRENDER BRIDGE! (22)

Já vimos ser uma situação frequente a "intromissão" no leilão dos jogadores da linha que não abriu o jogo.

São vozes de competição em que a "concorrência" disputa a mercadoria em leilão. São vozes de risco, pelo que as INTERVENÇÕES devem ser ponderadas, procurando evitar cair numa destas situações:

- Dobre da linha adversária, originando um castigo pesado e não justificável.
- Jogar um mau contrato, quer no que se refere ao "trunfo" escolhido, quer ao nível do contrato. Jogar um "parcial" quando a linha possui força para "partida" não será, obviamente, uma boa decisão!
- Originar uma má saída ao parceiro, ao anunciar um naipe não consistente, em que os controlos do mesmo se encontram na posse do adversário e resolvendo-lhe, à partida, o problema, muitas vezes fundamental, da localização de determinada carta ou cartas.

Alertados para os riscos mais frequentes, importará sistematizar as vozes possíveis e mais comuns de "INTERVENÇÕES", dizendo que as mesmas poderão incluir-se na seguinte panóplia:

1 - INTERVENÇÃO EM NAIPE
2 - INTERVENÇÃO EM 1 ST
3 - O DOBRE DE CHAMADA
4 - O "CUE-BID"
5 - INTERVENÇÃO, COM SALTO, EM 2 ST
6 - BARRAGENS

Analisemos agora cada um dos tipos de vozes de INTERVENÇÃO, procurando caracterizar o tipo de jogo (FORÇA e DISTRIBUIÇÃO) que aconselha a essa escolha de leilão.

1 - INTERVENÇÃO EM NAIPE

Ao intervir num determinado naipe o jogador "transmite" ao parceiro possuir uma mão com as seguintes características:

- Ou ter o naipe anunciado com uma robusta constituição, com 5 ou mais cartas, e uma mão que, ainda que fraca em PH (7 ou mais PH) é fortemente distribuicional, por exemplo:

♠ RDV1085
♥ 2
♦ V108
♣ 972

Esta "mão", justifica, sobre a abertura de 1 ♥, uma intervenção em 1 ♠.

- Ou ter um jogo que, caso não tivesse havido a abertura adversária, justificava perfeitamente que tal iniciativa lhe pertenceria.

♠ A5
♥ AV1075
♦ 72
♣ AD97

Esta mão, sobre a abertura de 1 ♦, impõe um anúncio de 1 ♥ em intervenção.

Ainda que as INTERVENÇÕES sejam vozes de risco, sempre que se justifiquem, não deverão deixar de ser feitas, procurando-se com tal prática obviar-se cair numa destas situações:

- Perder uma partida existente na linha ou um parcial seguro ou, ainda, deixar de levar os ADV a um nível de leilão passível de castigo;
- Perder a oportunidade, muitas vezes única, de anunciar ao parceiro o jogo que possuímos.

Se a INTERVENÇÃO tiver que ser feita ao nível 2, mas sem salto, porque o adversário abriu num naipe mais forte do que o nosso,

1 ♥ – 2 ♦
ou
1 ♠ – 2 ♥

então o teor da nossa mão deverá obedecer aos seguintes requisitos mínimos:

- Ter um naipe sólido de, pelo menos, 5 cartas e o valor de uma abertura até 16 DH.
- Ou, em alternativa, com uma mão mais fraca mas com um naipe muito sólido de, **pelo menos,** 6 cartas.

Eis alguns tipos de mãos que justificam e impõem uma intervenção do tipo "2 sobre 1":

♠ 62
♥ RD10987
♦ 53
♣ AD10

Sobre a abertura de 1 ♠ esta mão justifica a voz de 2 ♥.

♠ 42
♥ A82
♦ ADV 97
♣ AV 105

A intervenção em 2 ♦ deve ser utilizada se a abertura houver sido 1 ♠.

Se a mão detiver um naipe sexto muito sólido e possuir uma força entre 17 e 20 DH, portanto tendo uma constituição próxima duma abertura normal em 2 em naipe, poderá intervir ao nível 2 ou 3 com uma voz em salto.

Exemplo:
1 ♠ – 3 ♣ com a seguinte mão:

♠ 52
♥ R7
♦ AV10
♣ ARD1085

Ou ainda:

1 ♥ – 2 ♠ com:

♠ ARD987
♥ 64
♦ A5
♣ AV5

É óbvio que um dos factores que devem ser tidos em conta, ao decidir-se sobre a oportunidade de intervir sobre uma abertura do campo adversário, deverá ser a nossa vulnerabilidade.

Esta poderá condicionar a nossa voz, face ao risco duma penalização agravada, perante um dobre do ADV, caso estejamos VULNERÁVEIS.

Mãos existem que justificam uma INTERVENÇÃO quando se não está VULNERÁVEL e aconselham um silêncio, consubstanciado num PASSO, quando a vulnerabilidade é diferente.

2 - INTERVENÇÃO EM 1ST

Em INTERVENÇÃO (**e não em REVEIL**) a voz de 1ST sobre uma abertura adversária indica mãos com força e distribuição idênticas às normais aberturas de 1ST (16-18 H e distribuição regular) e com, pelo menos, defesa e meia no naipe de abertura.

Exemplo:

♠ AD103
♥ V5
♦ RD84
♣ AV5

Sobre a ABERTURA em 1 ♥ a mão justifica um DOBRE de chamada e não o anúncio de 1 ST, por não deter defesa a ♥.

♠ AD10
♥ RV9
♦ R1087
♣ A96

Sobre a ABERTURA em 1 ♠ interfira em 1 ST. Tem 17 H e duas defesas em ♠.

Como veremos oportunamente, com mãos com FORÇA e DISTRIBUIÇÃO de 1 ST, se estivermos em quarta posição, não poderemos anunciar 1 ST, porque tal anúncio teria um significado completamente diferente. Quando tal acontecer teremos que optar por dobrar.

Com a mão:		no leilão			
♠ RV9		O	N	E	S
♥ RD10	1 ♥	Passo	Passo	?	
♦ A82					
♣ RV53					

Se estivessemos sentados em N diríamos 1 ST, mas se a nossa posição for S teremos que dobrar de chamada!

Bom Natal
Até ao próximo número.

Luis Galvão

(continuação da pág. 1)

Acontece que a A25A atravessa uma situação financeira delicada e vê-se na dolorosa necessidade de reduzir despesas. E "O Referencial" inevitavelmente, é atingido. Vemo-nos assim obrigados a fazer um recuo, que se refletirá, principalmente, na sua apresentação – uma vez que nos estará vedada a côr e um papel de melhor qualidade e, no espaço disponível, com prejuízos para a colaboração. Colaboração que nunca nos faltou, mas que a limitação do número de páginas sujeitará a uma mais rigorosa selecção. Os colaboradores compreenderão e desculparão.

Pensamos que os grandes responsáveis para este recuo, diria mesmo que os quase exclusivos responsáveis, são aqueles associados que não cuidam em manter as suas quotas em dia, apesar de continuarem a receber regularmente "O Referencial". Os que pesam nas despesas mas não contribuem para as receitas. E os associados que cumprem escrupulosamente os seus compromissos são, inversamente os mais lesados. Porque suportando encargos que justificariam um Boletim de qualidade e dignidade mínimas, se vêem obrigados a receber um produto menor pela falta do sentido de responsabilidade alheia .

Pedimos benevolência aos nossos leitores, conscientes de que ela surgirá mais dificilmente daqueles que sempre recusam a colaboração, mesmo a colaboração elementar de, com as suas quotas, ajudar a A25A a manter o Boletim e a superar as suas dificuldades.

Pela nossa parte, lamentamos esta emergência, particularmente quando estamos em vésperas de comemorar o vigésimo aniversário do acto que justifica a nossa existência.

Mas continuamos a confiar.

PEDRO PEZARAT CORREIA